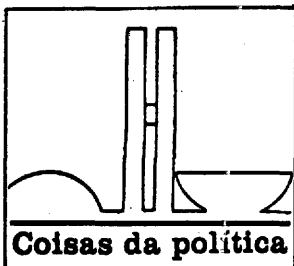


José Negreiros

O Presidente José Sarney gastou um poderoso cartucho de improvisação ao trocar o comando da política econômica e apostar na assessoria do PMDB para vencer a crise. Foi uma opção arriscada, mas adotada com grande serenida-



Coisas da política

de, assegura um de seus confidentes, preocupado agora com o componente implícito na manobra: o tempo. O Palácio do Planalto tem 120 dias (até o final do ano) para demonstrar que está certo ao eleger o crescimento — e não a inflação — como sua prioridade. Caso contrário, Sarney terá simplesmente desperdiçado idêntico e precioso prazo de carência que os credores internacionais lhe concederam para arrumar definitivamente a casa.

A verdade é que Sarney tinha poucas alternativas às quais recorrer. Não se conhece na moderna história do Brasil exemplo de um governante que tenha alcançado êxito político com adoção de uma terapia recessiva. Figueiredo, que capitulou à recessão, celebrizou-se também por sepultar um regime, atrair altos índices de antipatia popular, contrariar os interesses de sua base de apoio e ser excluído muito cedo da própria sucessão. Um Presidente da República que respeita o bom senso é obrigado a considerar a recessão a última coisa da qual deve cogitar para se libertar dos constrangimentos impostos pelos problemas econômicos. E no entanto era este o remédio amargo que o Sr Dornelles queria obrigar o Presidente a engolir, às vésperas de um longo calendário eleitoral que começa em novembro e só termina em 1988, com a escolha do sucessor de Sarney. O Presidente afastou de si esse cálice de fel. Como político, escolheu votos, arrostando as críticas de que agiu como um populista.

Ele está convencido de que o único capital político do qual poderão dispor seus adversários nos palanques deste ano, de 86 e 88 será a bandeira da distribuição de renda aliada à condenação de uma política econômica que esquecer as classes menos favorecidas. Isto é, o povo, que sofre com o desemprego, a fome e os baixos salários. Tal retórica tanto servirá ao Governador Leonel Brizola, que já está falando e agindo assim, ao investir na construção dos **brizolões**, como ao Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, que passou a falar desta forma, ao declarar que "o Nordeste está longe de receber o que merece".

Sarney parece mais interessado em não repetir erros históricos, em ajustar uma agenda de iniciativas políticas que obtenha consenso razoável e alimentar um discurso de cunho social sustentado por iniciativas práticas. O que era para Tancredo Neves um dogma — "é proibido gastar" —, para ele é uma

questão de ponto de vista. Ou seja, não gastar com aquilo que não produz compensação política. Ao contrário do falecido Presidente, que gostaria de negociar a supressão do autoritarismo de forma gradual, Sarney acelerou o passo nessa direção, com o claro propósito de conquistar novos aliados, enquanto consolidava seu domínio no painel de controle do poder. Bastaram-lhe seis meses para esgotar esse capítulo de remoção das leis autoritárias, incluindo a legalização dos partidos comunistas, lance que estava previsto como subproduto da Constituinte.

Removidas as reivindicações mais polêmicas, as aspirações democráticas deixaram de ser o anseio por eleições diretas, e sim a expectativa de bem-estar social, também marca registrada de todo processo de abertura. O Presidente Eurico Gaspar Dutra, em 46, recorreu à violência policial para contê-las, impaciente com manifestações contra a falta de gêneros e a favor de melhores salários. Assim, o Presidente está convencido — contam seus assessores — de que dificilmente o sucesso eleitoral de seus opositores fugirá da pregação distributivista, à qual ele tenta antecipar-se com um plano de governo que menciona o PIB e atribui à carestia um caráter secundário. Até porque um partido com fortes tendências à sedimentação, como o PDT, é competente o suficiente para explorar esse ponto com evidente respaldo eleitoral. Neste momento, sua convicção pessoal é de que os ventos da liberalização afastam o perigo da retórica de direita, pois o recente fracasso do projeto econômico conservador ainda está muito presente na memória do país. Mesmo as propostas liberais, como as que são cultivadas pelo Ministro da Educação, Marco Maciel, serão obrigadas a incorporar forte condimento social, que o ministro nunca esqueceu de mencionar desde as articulações da Aliança Democrática.

Por essa razão, o projeto do Palácio do Planalto procura acentuar predominantemente a imagem do Presidente, temeroso de que a eleição para a Constituinte resulte numa assembléia cuja força política se contraponha de forma muito contrastante com a autoridade presidencial. Se isso já ocorre hoje, na convivência com um Congresso ordinário, as chances de inflamar o debate no ano que vem são altamente prejudiciais aos planos do Executivo. A Comissão de Estudos Constitucionais, dessa forma, tem o papel de antecipar-se às iniciativas da Constituinte, e só isso justifica sua sobrevivência sob tão cerradas críticas de toda a sociedade.

Como todo Presidente, Sarney é otimista, acredita que driblará a crise, sonha com a satisfação social e acha que fará um bom governo à luz do julgamento popular. Se isso acontecer, naturalmente ele terá se credenciado para influir na escolha do seu sucessor. E disso, se puder, não vai abrir mão. Só Figueiredo abriu. E em seguida pediu para ser esquecido.